

Fei 20
8

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
SOUSELAS E BOTÃO

ATA NÚMERO QUINZE

Ao sexto dia do mês de Maio do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão em Sessão Ordinária no edifício da União de Freguesias, Rua Frei Francisco Macedo, Botão, com a seguinte Ordem de Trabalhos, constante de convocatória emitida a vinte e nove de Abril de dois mil e dezasseis:

Ponto um – Intervenção do Público, nos termos do n.º 1 do artigo 49º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Ponto dois – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores;

Ponto três – Apreciação e votação do Relatório e Contas da União de Freguesias de Souselas e Botão, referente ao ano 2015.

Foi verificada a existência de quórum, com a presença dos nove membros da Assembleia de Freguesia: Elsa Cristina Santos Bica Ferreira, Olga Maria Pinheiro Melo Monteiro, substituída por Paulo Daniel Lopes Craveiro, Florentino Alcides da Graça Vieira, Leónia Marina Nogueira Forte, Henrique Fernando Simões Farelo, João Oliveira Torres Pardal, Fernando Lopes Morais, Maria Regina Oliveira e Sara Laranjeira Ferreira Lindo, substituída por José Martins Figueiredo.

Registou-se também a presença dos elementos do Executivo da União de Freguesias: Presidente Rui Manuel de Sousa Soares, Secretário Sérgio da Costa Madeira e Tesoureiro Luís Miguel Monteiro da Silva.

A Presidente da Mesa da Assembleia, Elsa Ferreira, iniciou a sessão pelas vinte e uma horas e trinta e dois minutos, cumprimentando os colegas Membros da Mesa e o Executivo, e antes de iniciar a ordem de trabalhos, propôs aditar o ponto “Informações”. Após a concordância de todos, este passou a ser o ponto três da ordem de trabalhos, passando o anterior ponto três a ser denominado ponto quatro.

Entretanto, Fernando Morais questiona se o Relatório de Contas já tinha sido enviado para o Tribunal de Contas. Elsa Ferreira diz que sim, no passado dia 30 de Abril. Fernando Morais pergunta ainda, se podemos ver a Ata do Executivo que acompanhou o Relatório de Contas, e Rui Soares responde que sim, e que a poderá ver numa próxima Assembleia, pois de momento não a tem consigo.

Esclarecido este assunto, Elsa Ferreira fala sobre a data da presente Assembleia e informa que tem conhecimento que a mesma deveria ocorrer até ao final do mês de Abril, no entanto, e porque considerou que a presença do Contabilista da Junta de Freguesia era importante para que a mesma fosse mais esclarecedora e este não tinha disponibilidade nos últimos dias do mês, e por não resultar prejuízo para nenhuma entidade pelo facto de a mesma ocorrer alguns dias após a data limite, depois de trocar algumas impressões com o Presidente da Junta e com o Contabilista, decidiu marcar a Assembleia para a primeira sexta-feira imediatamente após o termo do mês de Abril, uma vez que vem sendo habitual desde o início do mandato, e sempre que possível, as Assembleias de Freguesia realizarem-se à sexta-feira. Assume assim, inteira responsabilidade para a data agendada desta Assembleia.

Sobre a reunião na Igreja Paroquial de Botão ocorrida no dia 23 de Abril, onde se apresentou à comunidade paroquial e não só, os diversos problemas com que a Fábrica da Igreja Paroquial de Botão se tem debatido pela adiantada degradação da mesma, diz ter sido alertada pelo Secretário da Junta, do descontentamento de alguns Membros da Assembleia de Freguesia sobre o facto de não terem tido conhecimento de uma carta-convite para a reunião, que terá sido dirigida a todos os Membros da AF, originando assim a ausência destes na referida reunião. Começa por lamentar o facto de até à presente data não ter recebido um telefonema ou algum contacto dos colegas sobre este assunto, referindo que tem sido sempre uma pessoa aberta a todos e por isso não compreende não ter sido contactada nesta situação. Ainda a propósito da referida carta, explica que sendo também membro do Conselho Económico da

Fábrica da Igreja Paroquial de Botão não foi convidada para a reunião, antes pelo contrário, convidou para a reunião. No Concelho Económico as funções são distintas mas contactou de imediato a pessoa que teria enviado as cartas-convite que esclareceu que remeteu via CTT uma carta para a Junta de Freguesia ao cuidado de todos os autarcas, na terça-feira anterior à reunião. Contactou depois o Presidente da Junta que diz não ter conhecimento de alguma carta com este teor. Refere ainda que como Presidente da Assembleia de Freguesia e também membro do Conselho Económico da Igreja, poderia e deveria ter feito chegar o convite para a reunião, aos Membros da Assembleia, mas que por esquecimento não o fez e por isso pede desculpa. Fernando Morais questiona se o convite chegou ou não à Junta de Freguesia. Rui Soares diz que não teve conhecimento de nenhum convite formal e que o próprio teve conhecimento da existência da dita reunião pelo Senhor Padre Luís. João Pardal intervém, dizendo que se a Senhora Presidente lamenta, os Membros da Assembleia lamentam ainda mais e que não podem aceitar ser ignorados, até porque o direito à oposição tem que ser respeitado. Questiona então o Secretário do Executivo se foi recebida ou não a correspondência, ao qual, Sérgio Madeira responde que não houve nenhum correio de entrada registado. Elsa Ferreira esclarece que futuramente dará informações sobre este assunto, e que será criada uma comissão para tratar e acompanhar este assunto e que mais reuniões irão ocorrer.

Terminada esta questão, passou-se ao ponto um: Intervenção do Público.

Alberto Figueiredo Morgado de S. Martinho do Pinheiro pede a palavra e dirigindo-se ao representante do Executivo da extinta Junta de Freguesia de Souselas, João Pardal, membro da atual Assembleia de Freguesia, refere que existe uma obra mal feita na sua localidade, e que pelo facto de as sarjetas estarem acima do alcatrão, entra água dentro de sua casa. Rui Soares explicou que o alcatrão foi colocado num período próximo das eleições para terminar uma obra começada uns meses antes. O empreiteiro limitou-se nesta fase a colocar o alcatrão não tendo sido feita a base e a devida drenagem, visto que aquele local tem muita água no subsolo. Carlos Morgado diz que a responsabilidade deve ser imputada à Junta de Freguesia e não ao empreiteiro, porque na altura da execução da obra, o Presidente de Junta, João Pardal, teve conhecimento do assunto e não fez nada para o resolver. Rui Soares, diz que, politiquices à parte, tem a certeza que o Sr. Fausto Rodrigues, que foi a pessoa que acompanhou e colaborou nesta obra na primeira fase, fez tudo com a melhor das intenções, não pensando no prejuízo posterior, e diz que se compromete a resolver esta situação este Verão. João Pardal pede também a palavra, e diz que aquele era um local com bastantes problemas de drenagem e que na altura se tentou minimizar os mesmos e assume que realmente a obra não ficou como devia. Sérgio Madeira intervém e esclarece que quando o Presidente Rui Soares se referiu a “politiquices”, referia-se ao Assessor do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, da altura, que travou esta intervenção.

De seguida, falando uma das representantes do Agrupamento de Escuteiros de Souselas, Alice Viana pede a palavra e questiona o Presidente se há alguma intervenção da Junta acerca dos assaltos nos cemitérios, pois foi roubada uma “pomba” que ela havia oferecido para uma campa de uma familiar e pela qual tinha bastante estima. Rui Soares diz que o funcionário da UFSB, Euclides, apanhou o dito ladrão no cemitério de Botão e que imediatamente foi denunciada a situação à GNR. Diz também que tinha conhecimento do roubo de torneiras mas que não tinha conhecimento do roubo de bens em cima das campas.

Não havendo mais intervenções do público, passou-se ao ponto dois: Apreciação e votação das atas das sessões anteriores. Elsa Ferreira refere que a Ata número dez ainda não está concluída, por indisponibilidade do anterior Secretário da Assembleia, Florentino Vieira. Este justifica, dizendo que ainda não a conseguiu terminar, uma vez que teve um problema informático. Passa-se então à leitura da ata número quatorze que após algumas correções foi levada a votação, tendo sido aprovada com sete votos a favor e duas abstenções de Paulo Craveiro e José Figueiredo, por não terem estado presentes na referida Assembleia.

Terminado o ponto dois, passa-se ao ponto três: Informações.

João
f

A Presidente da Mesa passa a palavra ao Presidente do Executivo, Rui Soares, que começa por informar que vê alguma dificuldade em o Instituto Educativo de Souselas se manter aberto, e teme pelo desemprego inerente ao seu fecho, mas teme mais ainda pelas crianças da Freguesia e arredores. Diz que a isso acontecer, será um retrocesso de trinta anos na nossa Freguesia e circundantes.

Continuando com as informações, o Presidente da UFSB diz resumidamente, que no início do mandato teria direito a tempo inteiro, mas que pela disponibilidade e empenho do Secretário Sérgio Madeira sugeriu dar-lhe meio tempo, mas que neste momento, este abdica do seu meio tempo.

Ainda no âmbito das informações, informa que conseguiu sensibilizar os Senhores Armando Viana e João Viana, donos do terreno com cerca de dez hectares e localizado por detrás da Adega Cooperativa de Souselas, a ceder gratuitamente à UFSB, cerca de seiscentos metros quadrados, fundamentais para fazer o descarregador de superfície, há muito solicitado à C.M.C.. Agora, e segundo o projecto das Águas de Coimbra ficará uma ribeira a céu aberto, com umas boxes em betão na zona da estrada, ajudando assim a resolver o problema das cheias em Souselas.

Informa também, que teve reunião no dia anterior com as Águas de Coimbra, a Câmara Municipal de Coimbra e a Protecção Civil, no sentido desta obra ser paga pelo Fundo de Emergência activado aquando das cheias.

João Pardal pede a palavra e diz que subscreve o que Rui Soares disse acerca do INEDS, acrescentando que esta escola existe onde o Estado não assumiu a sua responsabilidade de construir uma, cabendo a particulares essa mesma responsabilidade. Além de que, o INEDS foi o melhor bem que veio para Souselas, pois permite a formação dos jovens e adultos, permitindo-lhes o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, sugerindo por estes motivos, um documento assinado por todos os Membros da Assembleia a demonstrar a sua solidariedade para com este assunto.

Rui Soares acresce que nunca teve motivos de queixa do INEDS enquanto os dois filhos lá estudaram, e que sempre se apercebeu que o Dr. Manuel não pensava só nos lucros, mas que sempre se preocupou em melhorar a escola para os seus alunos. O Presidente da C.M.C. disse que não tinha conhecimento do fecho eminente do INEDS e que se ia inteirar melhor do assunto com o Dr. Jorge Alves. Disse também que na próxima Assembleia Municipal iria demonstrar a sua posição a favor da continuação do INEDS.

Sérgio Madeira pede a palavra e diz que tem estado a reflectir, e que lhe pareceu muito simplicista a maneira como Rui Soares expôs a abdicação do seu meio tempo e tem necessidade de esclarecer. Informa que desde Outubro de dois mil e treze a Maio/Junho de dois mil e quatorze, o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro usufruíam das remunerações a que tinham direito. Mas, que a partir de uma certa altura, em face da sua prestação da qual se orgulha e da inércia do Tesoureiro, concluiu que não podia continuar a dar tanto à Junta de Freguesia e em Abril, dando "um murro na mesa", exigiu o meio tempo. Foi então por um arrastar de ano e meio de promessas não cumpridas, que decidiu abdicar do meio tempo que Rui Soares lhe havia dado. Rui Soares subscreve o que Sérgio Madeira disse, e acrescenta que se hoje é Presidente de Junta, foi porque alguém o ajudou e incentivou, e que, porque tenta ser sempre justo e precisamente por valorizar o trabalho exaustivo do Secretário na Junta, é que tomou a decisão de o compensar monetariamente. Diz também que o Secretário é mentiroso porque a atribuição do meio tempo para o secretário foi feita logo no início do mandato. A primeira proposta do Presidente seria de somar o seu meio tempo, que são cerca de seiscentos e trinta euros, à compensação de Sérgio Madeira, que são cerca duzentos e trinta euros, e dividir a soma, mensalmente por ambos. Como Sérgio Madeira disse que só aceitaria esta situação se fosse de forma legal, Rui Soares falou com o Contabilista, o qual o informou que este poderia então, ficar a tempo inteiro, dividido em dois meios tempos. Logo de seguida o Presidente transmitiu esta informação a Sérgio Madeira, e este concordou, mas só pretendia

começar a receber o meio tempo a partir de Maio, altura em que já estaria reformado. Sérgio Madeira confirmou o que foi dito pelo Presidente.

Não havendo mais nada a informar, passa-se ao ponto quatro: Apreciação e votação do Relatório e Contas da União de Freguesias de Souselas e Botão, referente ao ano 2015.

João Pardal diz que a Presidente da Mesa tentou explicar no início da sessão a ausência de Assembleia até final de Abril, não ficando muito satisfeito com a explicação.

Elsa Ferreira recorda que logo desde o início do mandato transmitiu que iria marcar sempre as aprovações de contas para o final do mês e diz que não entende em que é que poderá ser prejudicial a Assembleia ter sido marcada para uma semana depois do previsto, atendendo a que com a presença do Contabilista poderia ser mais esclarecedora. Informa que as contas têm que ser enviadas pelo Executivo obrigatoriamente até dia trinta de Abril, e que a lei diz que esta Assembleia deve ser marcada no decorrer do mês de Abril, não sendo estritamente obrigatório a que assim aconteça. Elsa Ferreira volta a referir que assume a inteira responsabilidade pelo agendamento desta sessão.

Rui Soares afirma perante o alarido acerca da marcação da Assembleia, que não estamos todos com o mesmo propósito e objectivos para engrandecer a UFSB, e que a Assembleia não foi marcada em Abril, porque em conversa com Nelson Trindade, este o alertou para a sua agenda preenchida em Abril, uma vez que tem muitas Autarquias.

José Figueiredo pergunta qual a data para a apresentação das contas ao Tribunal de Contas, ao qual Elsa Ferreira e Nelson Trindade respondem, até 30 de Abril. José Figueiredo questiona sobre o que aconteceria, caso as contas fossem chumbadas hoje na Assembleia. Nelson Trindade explica que o Tribunal de Contas alterou os procedimentos e que anteriormente solicitava também a Ata aprovada pela Assembleia, o que já não se verifica, e que no caso das Contas não serem aprovadas, a Assembleia poderá solicitar a sua correção ao Executivo, a inviabilização da utilização do saldo de gerência e, em última instância poderão ser remetidas para o Tribunal competente. Sérgio Madeira intervém, dizendo que por lealdade para com o Presidente e por todo o trabalho despendido, merecia o respeito deste ter informado que as contas foram aprovadas com abstenção do Secretário.

Rui Soares responde que não tinha que fazer qualquer referência à abstenção do Secretário em relação às contas, mas diz uma vez mais que como nada tem a esconder, e porque as atas são públicas, que a poderá mostrar numa próxima Assembleia.

Em relação às Contas, Rui Soares refere que estão bem, e que este Executivo faz um trabalho diferente de muitas outras Juntas, inclusivamente da extinta Junta de Freguesia de Souselas porque fazem bastantes reuniões com o contabilista e questionam o mesmo sobre as subcontas, visto que, por exemplo, não percebem porque é que as tendas para as tasquinhas são lançadas em ferramentas e utensílios e não em património. Diz também que algumas diferenças de registos tiveram que ser resolvidas nas várias reuniões com o contabilista. Diz que essas diferenças têm a ver com o facto da colaboradora Sofia Martins Barros fazer o lançamento das faturas e aquelas que lhe suscitam dúvidas, envia-as para a contabilidade para serem classificadas por eles o que origina as ditas diferenças. Termina dizendo que têm feito uma gestão rigorosa sempre a pensar no melhor para a Freguesia.

João Pardal pede a palavra e analisando as Contas refere que as despesas correntes são superiores às despesas de capital, e que se verificam desvios consideráveis entre o que foi orçamentado e o que foi executado, com baixas taxas de execução em alguns dos casos e solicita esclarecimento. Refere também que em relação ao valor de taxas, multas e outras penalidades no ano de 2014, com valor de três mil, novecentos e setenta e dois euros e quarenta e cinco centimos e em comparação com o ano de 2015, com valor de oito mil, duzentos e oitenta e dois euros, verifica-se a existência de uma acentuada diferença, referindo também que em relação aos eventos culturais, com valor de dezasseis mil, novecentos e cinco euros e sete centimos, ainda acresce o valor de dois mil e quinze euros e oitenta e um centimos de outros serviços, mais mil quatrocentos e vinte e um euros e oitenta e um centimos referente a refeições e alimentação e questiona se os eventos culturais incluem refeições, bem

Janeiro

como outros serviços, e qual o valor global gasto em refeições. Questiona ainda sobre o valor dos donativos atribuídos às coletividades pois estas têm-se queixado junto dos elementos da Coligação por Coimbra sobre a falta de ajudas e discrepâncias, e solicita a lista de apoios.

O contabilista Nelson Trindade, respondeu que o valor de dois mil e quinze euros e oitenta e um cêntimos acerca de outros serviços, corresponde a refeições.

Rui Soares responde que o valor das refeições se deveu a refeições pagas aos funcionários da CMC (tapa buracos), dos próprios funcionários da Junta, incluindo o Executivo aquando alguns dos eventos e com outros elementos, tais como o Diretor da CIMPOR e o Dr. Alegre da Unidade de Saúde Familiar de Eiras, mas sempre no âmbito da Freguesia e de algumas obras necessárias e executadas. E que em relação ao valor gasto em eventos, diz que, se se gastou muito, então ainda se irá gastar mais, pois são precisamente os eventos que ajudam a promover a Freguesia positivamente, conseguindo ter a união atual entre as colectividades e as pessoas mais patente, dando ênfase à União de Freguesias, como uma só. Rui Soares perguntou ainda quem é que se tinha queixado de discrepâncias, pois tem-se ajudado as colectividades todas, umas mais, outras menos, mas em função das suas necessidades, além de ter atribuído o valor de 150€ a cada uma delas. E diz que não percebe porque é que se foram queixar ao PSD, quando a Junta está aberta de segunda a sexta-feira e que existe também o horário de atendimento ao público, com o Executivo, às segundas e quintas-feiras.

Esclarecida esta situação, passou-se à votação das Contas, tendo-se registado cinco abstenções de Paulo Daniel Lopes Craveiro, João Oliveira Torres Pardal, Fernando Lopes Morais, Maria Regina Oliveira e José Martins Figueiredo, e quatro votos a favor de Elsa Cristina Santos Bica Ferreira, Leónia Marina Nogueira Forte, Florentino Alcides da Graça Vieira e Henrique Fernando Simões Farelo. Elsa Ferreira pede justificação das abstenções. José Figueiredo diz que a sua abstenção é pela discordância do Executivo, Paulo Craveiro por ter sido só hoje confrontado com o Relatório de Contas, não tendo tido tempo para o analisar e João Pardal, falando pelos membros do partido PSD, justifica as suas abstenções por não terem concordado com a data da Assembleia e pela discordância verificada entre os membros do Executivo, nomeadamente do Secretário Sérgio Madeira.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu como encerrada a Assembleia pelas vinte e três horas e quarenta e três minutos.

Foi elaborada a presente Ata, que após a necessária aprovação em Assembleia, vai ser assinada pela Presidente e Secretária da Assembleia de Freguesia.

Botão, 06 de Maio de 2016

Janeiro

